

## **A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM POLÍTICA PÚBLICA PARA EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER: O GTT 10 EM PERNAMBUCO**

**Ana Lúcia Felix dos Santos**

Doutoranda em Educação - UFPE

**Maria da Conceição A. Batista**

Mestre em Ciência Política - SE/ PE - FADEPE

**Alexandre Viana Araújo**

Doutorando em Educação - SE/PE - FASNE

### **RESUMO**

*Este estudo apresenta uma análise descritiva, através de um mapeamento e categorização da produção do conhecimento em Políticas Públicas para Educação Física, Esporte e Lazer divulgada nos eventos organizados pela Secretaria Estadual do CBCE em Pernambuco, tomando como referência o GTT Políticas Públicas. Para tanto, realizou-se um estudo do tipo “estado da arte”.*

### **ABSTRACT**

*This work presents a descriptive analysis through a wide study and a categorization of the knowledge production in Public Politics for Leisure, Sport and Physical Education showed in regular events organized by the State Secretary of CBCE in Pernambuco, having in consideration the Public Politics GTT. Therefore, it configures a study as a “state of art”.*

### **RESUMEN**

*Este estudio presenta un análisis descriptivo, a través de un levantamiento y categorización de la producción del conocimiento en Políticas Públicas para Educación Física, Deporte y Ocio divulgada en los eventos organizados por la Secretaría Estadual del CBCE en Pernambuco, adoptando como referencia el GTT Políticas Públicas. Para ello, se ha realizado un estudio del tipo “estado del arte”.*

### **INTRODUÇÃO**

O trabalho busca realizar uma análise descritiva, através de um mapeamento e categorização da produção de conhecimento em Políticas Públicas, Educação Física, Esporte e Lazer divulgada nos eventos científicos organizados pela Secretaria Estadual do CBCE em Pernambuco (SECBCE/PE), tomando como referência os trabalhos apresentados no GTT Políticas Públicas (GTT 10). Para dar conta do nosso intento, realizamos um estudo do tipo “estado da arte”.

Uma pesquisa do tipo ‘estado da arte’ consiste na realização do mapeamento, caracterização e análise da produção acadêmica em determinado campo científico ou área do conhecimento. Geralmente, esse tipo de pesquisa tem como objetivo identificar tendências, divergências e desafios na e para a produção do conhecimento na área investigada, além de também se propor a se constituir em subsídios para fomento e análise sobre os rumos da produção do conhecimento em foco. Ferreira (2002) diz que essas pesquisas ainda se caracterizam por realizarem uma metodologia “de caráter invariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado” (p. 258).

Os dados foram coletados nos Anais dos diferentes eventos que aconteceram no período de 2000 a 2006 organizados pela SECBCE/PE. Essa periodicidade se justifica pelo início das publicações sistemáticas dos eventos realizados em Pernambuco a partir do primeiro ano em tela. Partimos do pressuposto que a ocorrência de trabalhos apresentados sobre a temática foco de nosso interesse em todos os eventos ocorridos no período escolhido, além da existência periódica de seminários, revela um interesse peculiar e expressivo pela temática. Consideramos também que os eventos têm se constituído em espaço legítimo de debate e divulgação em Pernambuco da produção do conhecimento realizada no Nordeste do Brasil sobre Educação, Física, Esporte e Lazer em suas diferentes manifestações, inclusive no que diz respeito às políticas públicas.

## **1. POLÍTICA PÚBLICA PARA EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS**

Inicialmente é preciso retomar o que estamos entendendo por política pública, inclusive pelas ambigüidades que o termo traz em seu bojo conceitual. Essa pluralidade de demarcações conceituais, longe de representar inconsistência, deve ser tomada como base para o aprofundamento investigativo nesse campo e a razão de ser do debate acadêmico/político.

As políticas públicas podem ser consideradas como “*o Estado em ação*” (AZEVEDO, 1997, p. 60) e que sua materialização e implementação (entendida como um programa de ação) concebidas para um determinado setor devem ser compreendidas como integrantes de uma totalidade maior, ou seja, do projeto de sociedade na qual a mesma está inserida. Portanto, não se pode perder de perspectiva a “sua articulação com o planejamento mais global que a sociedade constrói como seu projeto e que se realiza por meio da ação do Estado”. Assim, a tentativa de apreensão dos determinantes que a envolvem não pode deixar de levar em conta que “a mesma articula-se ao projeto de sociedade que se pretende implantar, ou que está em curso, em cada momento histórico, em cada conjuntura”(idem). Esse projeto de sociedade (o referencial normativo global das políticas) expressa a filosofia de ação predominante na sociedade.

Por outra parte, mas interligadamente, MULLER e SUREL (2002), discutem o conceito de política pública considerando-a, ao mesmo tempo, como um construto social e um construto de pesquisa. Ou seja, não basta entender e apenas apontar/delimitar as ações postas em execução por determinada administração, pois a operação de delimitar as fronteiras de uma política pública é sempre um tanto aleatória, o que significa dizer que os contornos de uma política não se acham previamente estabelecidos como algo já “dado”. “Ao contrário, eles são sempre suscetíveis de serem postos em questão, através de um processo constante de redefinição da estrutura, e portanto, dos limites dos campos políticos” (p. 13).

A discussão do Tema Políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer vem sendo caracterizado pela análise das relações, tensões e contradições que se estabelecem entre o Estado e a sociedade.

Nesse sentido é possível dizer que as investigações no campo das políticas públicas tem como foco, os fins, interesses e prioridades que orientam a atuação do Estado e as interações que são construídas, ou não, com a sociedade nesse processo.

Analisando diferentes períodos da história política brasileira é possível perceber a centralidade do Estado no processo de organização da educação física e do esporte no Brasil, que mesmo não sendo uma das prioridades da ação estatal, sempre foi alvo de atenção e intervenção, existindo diferentes razões que motivaram esta intervenção: desde motivos vinculados à preservação da saúde, passando pela integração nacional até a

manutenção da ordem, mas sempre atrelados à manifestação do esporte na perspectiva do rendimento e da educação física como atividade física, que sempre ocupou e ainda hoje ocupa uma posição privilegiada frente às outras manifestações da cultura corporal (BATISTA, 2002).

Nessa perspectiva o estudo de Ghiraldelli Júnior (1991), é esclarecedor ao nos apontar que as referências para as políticas públicas de Educação Física e Esporte ainda hoje sofrem a influência das ações governamentais desenvolvidas nos períodos autoritários, onde o desporto seletivo ou competitivo era a prioridade da ação estatal. Sabe-se que a ação do governo nesses períodos foi decisiva para o crescimento do desporto de alto nível, uma vez que o desporto representativo se constituía em um arranjo para a legitimação política, para a garantia de afirmação do país no cenário internacional além de canalizar as tensões sociais internas devido à natureza do regime político.

Com a redemocratização do País, equívocos e contradições que nortearam a ação do poder público no Brasil, não passaram despercebidos e foram alvos de críticas e questionamentos por parte de profissionais e pesquisadores da área preocupados em estabelecer um novo marco na relação Estado-sociedade. Surgiram propostas alternativas que postulavam democratizar o acesso da população às diferentes manifestações da cultura corporal de movimento e promover a participação da população nas decisões e implementação das políticas públicas para a área, que culminaram em experiências administrativas<sup>1</sup> (iniciadas em governo democráticos-populares), desenvolvidas em várias cidades brasileiras que ganharam visibilidade e tem colaborado para a construção de sentidos e significados para a presença da educação Física, esporte e lazer na esfera pública (LINHALES e PEREIRA FILHO,1999).

Nesse sentido, estudos sobre a política para educação física escolar, esporte e lazer comunitário mostram que, na atualidade, a ação do poder local, especialmente por conta do de o estado brasileiro (democrático) considerar o município como ente federativo, vem possibilitando a assunção de programas e projetos inovadores que buscam atender os anseios e se adequar às possibilidades do contexto local (SANTOS, 2003).

Um dos grandes desafios que se apresenta para a análise e avaliação de políticas públicas de educação física, esporte e lazer passa pela compreensão do saber produzido. Ao discutirmos sobre a intervenção do Estado no âmbito das políticas públicas de educação física, esporte e lazer, pudemos perceber que no conjunto dos trabalhos apresentados no GTT 10, os aspectos que tem definido a ação estatal encontram-se presentes como elementos orientadores de pesquisa.

## **2. CONPECES E JORNADAS: A SECRETARIA ESTADUAL DO CBCE EM PERNAMBUCO MOSTRA A SUA FORÇA**

Ao longo do seu período de existência a SECBCE/PE vêm realizando eventos científicos de forma sistemática. A experiência acumulada nesse período possibilitou a esta Secretaria a realização, cada vez mais refinada, de eventos mais amplos como congressos e jornadas científicas que vem congregando pesquisadores, professores e alunos do estado de Pernambuco e de outros estados vizinhos. Esse *know-how* acumulado permitiu que os eventos maiores recebessem atenção por parte de órgãos de fomento o que, por sua vez, permitiu o registro oficial dos eventos em forma de anais, alguns publicados em formato de livro e outros em formato de livro e cd-rom.

---

<sup>1</sup> Como exemplo, temos as Prefeituras de Porto Alegre, Belo Horizonte, Belém do Pará. É possível também encontrarmos nos anais do XII CONBRACE, GTT 10 – Políticas Públicas- vários relatos de experiências de iniciativas municipais e estaduais que vêm se destacando.

No período analisado, a SECBCE/PE realizou cinco grandes eventos, sendo quatro congressos e uma jornada científica, conforme o quadro abaixo. Vale registrar que o I Congresso Pernambucano de Ciências do Esporte (CONPECE) foi realizado no ano de 1998 e a primeira Jornada em 1999, antecedendo o XI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE).

Como podemos ver no quadro 01, os temas do CONPECE estão sempre acompanhando o debate nacional, porém com foco a reflexão na problemática regional<sup>2</sup>. No que diz respeito ao Grupo de Trabalho Temático Políticas Públicas (GTT 10), foco de nosso interesse, pode-se observar que o mesmo vem acompanhando, continuamente, os eventos, o que se expressa nos trabalhos apresentados e na existência de seminários introdutórios em todos eles, com exceção da Jornada. A nossa análise recairá, especificamente, sobre os trabalhos apresentados.

**Quadro 01**  
**Eventos organizados pelas SECBCE/PE no período de 2000 a 2007**

EVENTO	ANO	TEMA	GTT POLÍTICA PÚBLICA	
			Quantidade de Trabalhos apresentados	Seminário Introdutório
II CONPECE	2000	Educação Física e Esporte frente ao processo de mundialização da cultura: a força do lugar	04	Políticas Públicas em Educação Física e Esporte: alternativas de resistência às orientações neoliberais.
Jornada Científica CBCE/PE	2001	Sociedade, Ciência e Ética: desafios para a Educação Física.	08	Não houve
III CONPECE	2002	Educação Física e os Espaços Públicos.	05	Política Nacional do Idoso: o envelhecimento – fatos e mitos.
IV CONPECE	2005	Ciência, cultura, política e vida no século XXI: realidade e desafios para a Educação Física, Esporte e Lazer no Nordeste do Brasil.	05	CBCE - Políticas Públicas
V CONPECE	2007	Política Científica e Produção do Conhecimento em Educação Física no Nordeste	04	Políticas Públicas para Educação, Educação Física, Esporte e Lazer

<sup>2</sup> Só para ilustrar essa relação lembremos que, no ano de 2005, o XIV CONBRACE teve como tema “*Ciência para a Vida*”, de forma que o tema do CONPECE no mesmo ano acompanhou a temática colocando o foco na problemática regional do Nordeste do Brasil, conforme podemos ver no tema citado no quadro 01.

A Jornada Científica<sup>3</sup> tinha como intenção direcionar o debate para a temática do evento nacional - XII CONBRACE, funcionando como um dos momentos preparatórios à participação de acadêmicos e profissionais, bem como, espaço de socialização de trabalhos locais. Já o CONPECE<sup>4</sup> é um evento bianual, cuja primeira versão aconteceu em 1998, tem como objetivo se constituir num espaço de divulgação da produção do conhecimento em Educação Física, Esporte e Lazer e promover reflexões sobre temas atuais e locais em articulação com o debate nacional.

### 3. A POLÍTICA PÚBLICA PARA EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER NO GTT 10 EM PERNAMBUCO: UMA SÍNTESE POSSÍVEL

Um GTT dentro da organização do CBCE, é uma instância que reúne estudiosos que se interessam em pesquisar, debater e divulgar trabalhos sobre determinado tema. O GTT Políticas Públicas (GTT 10), segundo sua ementa, congrega estudos sobre os processos de formulação, adoção e avaliação das políticas públicas de Educação Física, Esporte e lazer. Ainda se interessa pelos estudos das concepções, princípios e metodologias de investigação adotados na consecução de políticas públicas, voltados para a apreensão da produção de bens e serviços públicos relativos à Educação Física, Esporte e Lazer.

Para que um GTT tenha vida é necessário a existência de demandas por parte de pesquisadores para a apresentação de trabalhos nos eventos promovidos pela instituição. Segundo Azevedo e Aguiar (2001), esta demanda também pode indicar que investigações ou experiências no campo da temática estão em andamento e que os atores envolvidos no processo mostram interesse em compartilhar os resultados ou o andamento dos trabalhos ou experiências.

Isso porque o campo da pesquisa ou da produção do conhecimento, definido por Bourdieu (1994) como campo científico, considera a divulgação das pesquisas como uma das estratégias de legitimação do campo. Nesse sentido, os eventos científicos são *locus* privilegiado de debate em que pesquisadores vão divulgar suas idéias, análises, conclusões à academia e ouvir a crítica dos seus pares (concorrentes), que são os outros pesquisadores da área.

Pode-se observar, no quadro 02, que os dados disponíveis sugerem que o GTT 10 nos eventos em análise, vem mantendo um número mais ou menos estável de trabalhos apresentados. Além disso, ele é um dos seis GTTs que recebe trabalhos para apresentação em todos os eventos.

**Quadro 02**  
**Quantidade de trabalhos apresentados por GTT nos CONPECEs**

GRUPO DE TABALHO TEMÁTICO	ANO				
	2000	2001?	2002	2005	2007
1. Atividade Física e Saúde	-	-	-	11	04
2. Comunicação e Mídia	-	-	-	03	-
3. Corpo e Cultura	05	02	07	13	06
4. Epistemologia	06	-	-	01	-
5. Escola	08	10	08	14	10

<sup>3</sup> Essa Jornada foi o segundo evento realizado com esse estilo, em 1999 havia sido realizada a Jornada Preparatória ao XIII CONBRACE, como os mesmos objetivos e com formato bastante aproximado. Esse evento não teve registro em forma de anais, assim como o I CONPECE realizado em 1998.

<sup>4</sup> Problemas estruturais inerentes ao processo de constituição/solidificação das secretarias locais interferiram na realização bianual do evento, como mostram as datas dos mesmos. No momento, há um esforço coletivo para a retomada dessa periodicidade.

6. Formação de Professores e Mundo do Trabalho	06	12	03	11	07
7. Memórias da Educação Física e Esporte	-	-	-	-	-
8. Movimentos Sociais	06	04	05	01	-
9. Pessoa Portadora de Necessidades Especiais	01	01	05	06	04
10. Políticas Públicas	04	08	05	05	04
11. Recreação e Lazer	03	03	06	21	05
12. Treinamento Esportivo	03	-	06	02	-

?Jornada Científica

Quanto à participação dos atores no evento, verificamos que, ao considerarmos o conjunto das atividades desenvolvidas (seminários e apresentação de trabalhos), participaram do GTT 10 pesquisadores, professores e alunos pertencentes a 09 (nove) instituições. Neste total, têm destaque as instituições públicas, sejam universidades, sejam secretarias de educação ou de esportes de estados e municípios. Sendo elas: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Regional do Cariri (URCA/CE); Associação Caruaruense de Ensino Superior (PE); Diretoria Geral de Esporte e Lazer de Recife; Diretoria de Educação Física, Esporte e Lazer de Olinda; Diretoria de Esportes de Pernambuco; Secretaria de Educação de Pernambuco; Universidade de Brasília (CEAD/UnB)<sup>5</sup>.

No que diz respeito à análise dos trabalhos apresentados, pela amplitude da área, escolhemos realizar uma classificação temática que, como toda opção, guarda uma certa arbitrariedade e deve, assim, ser considerada como uma síntese possível de uma dada realidade. Nesse sentido, delimitamos três grupos em que se inserem as temáticas pesquisadas: 1. *estudos que analisam e avaliam programas e projetos de educação física, esporte e lazer*; 2. *relatos de experiência de programas e projetos em educação física, esporte e lazer*; 3. *estudos sobre concepções e/ou teorias que embasam o campo da política pública para educação física, esporte e lazer*

Nesse primeiro grupo, *estudos que analisam e avaliam programas e projetos de educação física, esporte e lazer*, está congregado o maior número de trabalhos apresentados: 15 (quinze) trabalhos, num total de 26 (vinte e seis). Os estudos englobam investigações sobre implementação de política para educação, educação física, esporte e lazer, focalizando, em sua maioria, projetos e programas específicos desenvolvidos por governos estaduais e municipais.

De início trataremos dos que se voltam para a análise de políticas no âmbito nacional. Três vão abordar questões mais amplas no cenário nacional: um que trata sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e outro sobre os processos de financiamento da educação brasileira. Ambos possuem características de um estudo mais geral, focando o financiamento da educação básica e uma política compensatória (PETI) implementada pelo estado brasileiro. O que, em princípio, os excluiriam do GTT 10, dada a especificidade da ementa, mas na medida em que os mesmos foram aprovados e publicados nos anais do evento, foi necessário considerá-los nessa amostra.

Nesse grupo, ainda se encontra uma pesquisa que aborda a avaliação institucional para Educação Superior no governo FHC, colocando como ponto de análise os referenciais

<sup>5</sup> Além das citadas no GTT 11, temos no total dos eventos a participação das: Escola Superior de Educação Física da Universidade de Pernambuco (ESEF/UPE), Universidade Estadual da Paraíba, Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO/PE), Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal da Paraíba, Faculdade Salesiana do Nordeste (FASNE), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Alagoas. (UFAL). E participações eventuais de instituições de outros estados fora do Nordeste.

macro-estruturantes de uma política de governo apoiada numa perspectiva neoliberal e as formas como a mesma condiciona as orientações para a política de ensino superior. É importante ressaltar que os três trabalhos, ao focalizarem diferentes níveis de uma política educacional, evidenciam os efeitos das orientações neoliberais assumidas pelo governo central nas políticas sociais no nosso País no final da década de 80. Essa opção de análise acompanhou vários estudos na área social que, naquele momento político, revelavam os equívocos e contradições que se apresentavam na ação do poder público orientados pela referências neoliberais que, contraditoriamente, se apropriavam de um discurso pela qualidade social e, ao mesmo tempo, reduziam os investimentos estatais para as política sociais.

Por outro lado, um projeto elaborado pelo Ministério dos Esportes e de amplitude nacional, o Programa Segundo Tempo, vai ser objeto de estudos por vários pesquisadores, mas a focalização dada ao estudo é sempre local. Considerando que uma política pública toma contornos da ordem local (MULLER e SUREL, 2002), optamos por tratá-los como avaliação de um programa local, inclusive porque as inferências/discussões elaboradas nos próprios trabalhos não se referem à formulação do programa em sua origem nacional, mas vão tratar as especificidades da experiência em determinado contexto.

Nesta discussão sobre o Programa Segundo tempo, é preciso considerar que a temática coloca em relevo a articulação entre município, Estado e União e sociedade civil na oferta de um programa de ação que, por sua vez, é de responsabilidade de dois Ministérios (da Educação e do Esporte). Nessa direção, é importante situar que nos trabalhos apresentados identificamos que no Agreste do Estado de Pernambuco, a coordenação do referido Programa está sob a responsabilidade de uma instituição privada de ensino superior. Que, para operacionalizá-lo necessita, obrigatoriamente, de uma articulação com os vários municípios onde estão localizadas as escolas nas quais as atividades são desenvolvidas.

Também fazem parte desse grupo estudos que se preocupam em analisar programas e projetos de educação física, esporte e lazer elaborados e implementados por estados e municípios. De uma forma geral, podemos colocá-los no bojo de pesquisas que vão se preocupar com o processo de democratização das ações estatais por parte do estado brasileiro a partir do final da década de 80 do século passado, período que marca a ascensão ao poder de governos democrático-populares que, por sua vez, vão buscar implementar programas e projetos inovadores na área em foco. O poder local, a descentralização e a participação popular nas ações desenvolvidas em municípios e em estados vão aparecer como categorias fundamentais no processo de análise das políticas.

Nesse contexto, associa-se a descentralização ao processo de democratização política e social, uma vez que pode vir a favorecer a ampliação do espaço público. Os municípios passam a ser concebidos como atores políticos relevantes capazes de assumir o direcionamento das ações de intervenção nas diversas esferas da vida social, inclusive no âmbito da educação física, esporte e do lazer. Tomando como referência esses pressupostos, um dos trabalhos coloca em foco a implementação de uma política curricular inovadora para a educação física escolar num município; outro discute a participação da sociedade civil no processo de constituição das políticas para educação física a partir de conferências municipais de educação; outro, ainda, vai colocar em foco a implementação de um programa de esporte comunitário que se propõe a inovar na medida em que objetiva socializar conhecimentos que viabilizem os processos reivindicatórios dos direitos ao esporte e ao lazer junto ao poder público.

No segundo grupo, *relatos de experiência de programas e projetos em educação física, esporte e lazer*, aparecem principalmente diretorias de educação física, esporte e lazer de municípios pernambucanos preocupados em relatar programas e projetos

inovadores e que vem sendo colocadas em práticas em sua gestão. Mas, também tem uma experiência relatada por professores de educação física que vivenciaram o processo de construção de uma política curricular numa rede municipal. Assim, o GTT 10 também aparece como local privilegiado de apresentação de experiências de implementação de programas e projetos.

Estes trabalhos trazem discussões teóricas interessantes sobre as motivações que operam sobre as decisões para a adoção de um programa de ação. Nesse mesmo caminho, os relatos apresentados discutem princípios e objetivos de uma política setorial, pautados numa abordagem supostamente democratizante das ações públicas. Os indícios que nos levam a essa análise, repousam nas referências que os trabalhos fazem à consideração do contexto local e a consideração às múltiplas dimensões do real presentes nas comunidades a que se destinam os programas/projetos de ação.

Por outra parte, os outros dois trabalhos referem-se a relatos de projetos oferecidos à comunidade, mas elaborado por grupos de estudos e pesquisas localizado em universidades públicas, nos colocam uma questão: até que ponto uma ação que parte de uma universidade pública, caracterizada como em princípio extensionista, pode ser considerada uma política pública? As duas pesquisas vão partir do pressuposto de que uma ação está sendo direcionada para a população e está sendo gerida com recursos públicos, daí a opção por tomarem tal ação como pública.

No último grupo, *estudos sobre concepções e/ou teorias que embasam o campo da política pública para educação física, esporte e lazer*, aparecem três trabalhos cujo objeto específico consiste de elaborações teórico-conceituais e representações sociais sobre o tema política pública. Aqui os pesquisadores estão interessados em compreender concepções subjacentes às orientações das políticas públicas, como é o caso de dois trabalhos. As formas de gerenciamento da área de educação física, esporte e lazer presentes em órgão gestores são tomadas como preocupações num dos trabalhos, isso porque vai considerar que valores e idéias vão estar subjacentes às políticas setoriais e vão manifestar uma posição de aceitação e/ou rejeição ao projeto dominante de sociedade. Um outro trabalho vai buscar explicitar as categorias fundamentais que embasam os alicerces de uma política setorial de esporte e lazer, buscando identificar uma relação entre o que se faz e as necessidades reais da classe trabalhadora no que tange aos direitos pelo acesso ao esporte e ao lazer.

Podemos considerar que estes trabalhos vão estar pautados numa abordagem analítica cognitiva para o estudo das políticas públicas. Pois, buscar conceitos e categorias subjacentes é entender que uma política pública opera como um vasto processo de interpretação do mundo, ao longo do qual, pouco a pouco, uma visão de mundo vai impor-se, vai ser aceita, depois reconhecida como ‘verdadeira’ pela maioria dos atores do setor, e vai, assim, moldar o programa de ação. (MULLER e SUREL, 2002).

O último dos três trabalhos nesse grupo está interessado nas representações sociais que a população tem sobre determinada política e toma como grupo específico os jovens de uma determinada comunidade. A preocupação dessa pesquisa recai sobre o que a população pensa sobre a ação governamental.

Por fim, destacamos que três trabalhos registrados nos anais como estudos sobre o tema não se encaixaram na ementa do GTT. Os limites dessa análise não nos permitiu identificar os motivos da inserção desses trabalhos no GTT.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise do GTT 10 em Pernambuco nos mostra que a densidade do primeiro grupo exprime uma tendência dos estudos sobre política pública, já apontadas por Azevedo

e Aguiar (2001): a avaliação de programas e projetos, que nos parece ser algo fortalecido também na área dos estudos sobre política para educação física, esporte e lazer. Também podemos inferir que o campo da investigação sobre o tema ainda está em busca de respostas à questão formulada por Manhães (citado por LINHALES e PEREIRA FILHO, 1999): *em que sentido o Estado prioriza seus esforços e por que assim o faz?* Os trabalhos analisados no GTT 10 em PE também caminham na direção dessa resposta.

Essas duas evidências nos permitem afirmar, preliminarmente, que a política pública é uma temática que vem alcançando legitimação no campo científico da pesquisa sobre educação física, esporte e lazer, inclusive no estado de Pernambuco. Analisar as produções na área é, portanto, tarefa das mais importantes para a qualificação do saber produzido, sua socialização e para a ampliação da nossa intervenção na realidade social.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete M. Lins. **A Educação como Política Pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

AZEVEDO, Janete M. Lins de e AGUIAR, Márcia Ângela da S. A produção do conhecimento sobre política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPED. **Educação e Sociedade**, ano XXII, nº 77, Dezembro/2001.

BATISTA, Maria da Conceição A. **A relação governo e sociedade na gestão da política pública de esporte e lazer no governo do Estado – Gestão 1999-2001**: analisando o projeto “Idosos em Movimento” Dissertação, Mestrado em Ciência Política. UFPE, Recife, 2003.

BOURDIEU, P. **Sociologia**. (2º Ed.) Renato Ortiz (Org.). São Paulo: Ática, 1994.

FERREIRA, Norma S. A. As pesquisas denominadas ‘estado da arte’. **Educação e Sociedade**, Campinas (79): 257-272, agosto/2002.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Educação Física Progressista: A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos e a Educação Física Brasileira**. 6ª edição SP. Loyola, 1988.

LINHALES, Meily A. e PEREIRA FILHO, José Ribamar. **Intervenção, conhecimento e mudança: a Educação Física, o Esporte e o Lazer nas políticas públicas**. In: GOELLNER, Silvana Vilodre (org). Florianópolis: CBCE, 1999.

MULLER, Pierre e SUREL, Yves. **A Análise das Políticas Públicas**. Pelotas: Educat, 2002.

SANTOS, Ana Lúcia F. dos. A educação Física no contexto da política de educação municipal: analisando a experiência no município de Camaragibe-PE. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 24, n. 3, p. 53-69, maio/2003.

## Documentos analisados:

II CONGRESSO PERNAMBUCANO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. **Anais**. Recife, UFPE, 2000.

JORNADA CIENTÍFICA CBCE-PE: Sociedade, Ciência e Ética: desafios para a Educação Física. **Anais**. Recife, UFPE, 2000.

III CONGRESSO PERNAMBUCANO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. **Anais e Programação**. Recife, UFPE, 2002.

IV CONGRESSO PERNAMBUCANO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. **Anais e Programação**. Recife, UFPE, 2005.

V CONGRESSO PERNAMBUCANO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. **Caderno de Resumos e Programação**. Recife, UFPE, 2007.

---

**Ana Lúcia Felix** - analufelix@gmail.com

**Alexandre Araújo** – xandosport@gmail.com

**Maria da Conceição Batista** – mcabatista@hotmail.com

R. Prof. Luiz Gonzaga Porto, 184 – San Martim – Recife – PE – 50760-670

Fone: (81) 3228 4136 - 9966 0008.